

COMUNICAÇÃO



Em comunicação, as fake news que invadiram as redes sociais durante as eleições são tema de análise, bem como suas implicações para a democracia brasileira. Na imprensa internacional, destacaram-se na cobertura sobre o Brasil a candidatura de Lula, a execução de Marielle Franco e a ascensão de Jair Bolsonaro. Na análise da imprensa tradicional brasileira, o tema em destaque foi o acirramento da perseguição ao PT e a Lula.

Fake news: o ator do ano nas redes sociais

Quando se analisa 2018 em volumes de buscas realizadas no Google pode-se visualizar diversos atores - e eventos - que foram essenciais para compreender o ano. Entre eles, destacam-se o período entre 1 a 7 de abril, marcado pela prisão autoritária de Lula, fruto de uma perseguição política e; 7 a 13 de outubro, período eleitoral no qual o interesse por Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores foi significante.

Ao analisar especificamente quais são os temas com crescimento repentino entre os selecionados, observamos a nítida influência de um fator extremamente nocivo para a política brasileira, mas pouco debatido e mal enfrentado pelas autoridades jurídicas: as fake news. Por exemplo, ao observar “Partido dos Trabalhadores”, destacam-se entre as principais buscas termos como “PT apoia ditaduras” e “cartilha do PT nas escolas”. Já em Fernando Haddad o tema “kit gay” está entre os mais buscados.

Durante todo o período eleitoral, o TSE tratou todas as denúncias de fake news como “casos isolados”. Misturaram, na mesma cesta, acusações de fraude nas urnas, ataques contra a ministra Rosa Weber e ameaças contra os candidatos. E esqueceram, talvez por conviência, que algo muito maior se esconde por trás dessas ações.

O problema não foi tratado como ele realmente é. De forma rasa e simplista, foi classificado como “desinformação” e sugerido que a partir desse escândalo o eleitorado brasileiro estaria “amadurecendo”. Na verdade as fake news são, sim, uma forma moderna de censura, na qual o eleitor, inundado e atingido por inúmeros conteúdos, não consegue diferenciar o que é verdade do que é mentira.

Nas palavras do vice-procurador geral eleitoral, Humberto Jacques, “o tempo de desordem informativa é um aprendizado para todos”. São tempos sombrios, com a democracia ameaçada. O Brasil e suas instituições não estão funcionando normalmente.

O Brasil na imprensa internacional

O Brasil foi assunto de muitos jornais estrangeiros em 2018 por motivos vergonhosos: a prisão e o impedimento da candidatura de Lula, a execução de Marielle Franco e a ascensão de Jair Bolsonaro. É claro que notícias sobre outros assuntos foram produzidas, mas esses foram, sem dúvida, os principais.

A notícia de que o ex-presidente Lula havia sido preso chegou aos quatro cantos do mundo. No geral, foi uma cobertura positiva. A movimentação da militância de esquerda e de simpatizantes de Lula ao redor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo parece ter comovido os jornalistas estrangeiros. Eles estavam diante de um líder de esquerda, o mais popular da História do Brasil e que estava sendo virtuoso, agindo como um verdadeiro líder. Desde sempre Lula teve prestígio internacional, mas é surpreendente que mesmo com a perseguição sofrida por anos, ele tenha conseguido manter a sua relevância. Toda vez que jornais de outros continentes mencionam Lula fazem referência ao fato de o ex-presidente ter retirado quarenta milhões de brasileiros da miséria e por ter aplicado programas sociais de inclusão e transferência de renda eficientes. Essa figura se tornou parte da História e influencia o mundo. É algo aparentemente inabalável.

A narrativa elaborada pela Operação Lava Jato em conjunto com a imprensa tradicional brasileira não foi forte o suficiente para romper a visão mais geral que os jornais de outros países têm. Essa diferença entre os meios brasileiros e os estrangeiros é fundamental. Enquanto a imprensa brasileira dá voz e credibilidade apenas para investigadores e parte do poder Judiciário, os órgãos de jornalismo do exterior buscam fazer relatos sobre os diferentes posicionamentos que existem na sociedade como um todo. Portanto, se existem juristas brasileiros e estrangeiros que denunciam publicamente a falta de provas contra o ex-presidente Lula e as controvérsias na atuação do MPF e de Sergio Moro enquanto juiz, esses serão incluídos nas reportagens desde que tal movimentação tenha relevância. Interessante é que após a prisão do ex-presidente Lula, os questionamentos à forma de proceder da Operação Lava Jato ganharam espaço fora do Brasil. Isso

significa que a credibilidade do movimento judicial contra a corrupção passou a ser vista de outra forma. Uma perspectiva alternativa se impôs.

Após a prisão, quando as pesquisas continuavam a mostrar Lula como líder e se aproximava a decisão sobre a possibilidade de ele ser candidato ou não, a imprensa estrangeira não questionou o veredito da Justiça assim como não fez alarde diante da decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU que defendeu a manutenção do direito de Lula ser candidato.

O fato é que a imprensa estrangeira dificilmente vai denunciar o viés político de parte do poder Judiciário no Brasil se não houver pressão para que ela investigue. O capítulo mais recente desse processo foi a nomeação de Sergio Moro como ministro da Justiça do futuro governo Jair Bolsonaro. Jornais internacionais disseram que o movimento foi precipitado e que Moro dá sentido à narrativa de perseguição defendida por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores. Esse confronto de versões está longe de acabar.

A nomeação de Sergio Moro para o governo surpreendeu jornalistas estrangeiros porque Jair Bolsonaro é o que existe de pior na política e é retratado dessa forma nos mais diversos países. Sempre se referem a ele como um político abertamente misógino, racista e homofóbico. Quando o homem que até então era símbolo do combate à corrupção decide se aliar ao político que, por sua vez, simboliza os discursos mais desprezíveis da atualidade, o primeiro perde mais um pouco da sua credibilidade que sofreu alguns abalos no longo processo.

Durante meses, jornais como *Le Monde*, *New York Times*, *The Guardian* e veículos como BBC e DW atacaram Jair Bolsonaro e demonstraram preocupação com o avanço da extrema-direita populista no Brasil. Editoriais diziam que a democracia brasileira estava doente. Até a revista *The Economist*, sabidamente crítica à esquerda, denunciou que Bolsonaro é uma ameaça para a democracia brasileira. O movimento de mulheres contra o então candidato à presidência pelo PSL, o “Ele Não”, foi amplamente noticiado. A ascensão do conservadorismo cultural fundamentalista é um problema na Europa e nos Estados Unidos. Não é por acaso que a imprensa estrangeira foi atenciosa com o ce-

nário eleitoral brasileiro. Porém, cinicamente, a mídia brasileira não publicou uma palavra sequer sobre o que diziam os jornais de outras partes do mundo. Aliás, as grandes empresas de jornalismo brasileiras não utilizam a expressão “extrema-direita”.

O grande ponto a ser observado é a diferença entre a prática dos veículos de imprensa estrangeiros e os brasileiros. Lá fora, existe muito mais critério e regras que determinam a qualidade das notícias e isso não impede que eles sejam afetados pelas fábricas de fake news. O Brexit e as eleições nos Estados Unidos, Itália, Hungria, Espanha etc, são exemplos disso. No Brasil, o problema é maior porque a informação trabalhada pelos veículos de imprensa é medíocre e superficial. Aqui, a intenção da notícia está sempre escondida, o que dificulta a clareza sobre o sentido das informações.

Imprensa tradicional acentuou perseguição ao PT

Durante 2018, os principais veículos da imprensa tradicional mantiveram a postura editorial de vincular a imagem do PT e a de Lula a notícias negativas e direcionar a cobertura de forma manipuladora para favorecer o projeto neoliberal em curso.

A imprensa tradicional foi essencial para ocultar os efeitos nocivos da política de austeridade aplicada pelo governo golpista. Talvez o mais visível e vergonhoso fato noticiado com esse viés manipulador e mentiroso tenha sido o balanço de dois anos do governo Temer, que ganhou amplo painel no Jornal da Globo com frases como “Tirou o Brasil do vermelho”, “Salvou a Petrobras”, “Queda da inflação” e “Crescimento do PIB”.

Um exemplo clássico foi a cobertura do assassinato de Marielle Franco, em março, que ganhou ampla repercussão nos grupos Globo e Estadão. Nestes veículos, a posição crítica do PT contra a intervenção no Rio de Janeiro foi classificada como “oportunismo”.

O mesmo se observou em outro acontecimento de ampla repercussão: a prisão de Lula. As capas dos principais jornais tradicionais, *Folha*, *Estadão* e *O Globo*, denotam um esforço gráfico para esconder o apoio popular ao ex-presidente, inclusive com a publicação de uma foto de baixa qualidade técnica e a ocultação da imagem dele sendo carregado por uma grande multidão, que ganhou visibilidade no mundo.

No caso da repercussão da decisão da ONU favorável ao respeito aos direitos políticos do ex-presidente Lula, a mesma postura persecutória foi observada na imprensa brasileira tradicional. *O Estadão*, por exemplo, escondeu a notícia e não deu espaço a especialistas que defenderam a decisão. No caso do jornal *O Globo*, foi publicada uma análise cujo título fala por si: Fake ONU.

Durante a campanha eleitoral, um amplo movimento anti-Haddad instaurou-se nos principais jornais, em explícito esforço para classificá-lo como “candidato posticho”, como se fosse um mero fantoche de Lula.

Por último, a imprensa foi omissa na investigação de denúncias de propaganda eleitoral ilegal que vieram a partir de uma reportagem de Patrícia Campos Mello publicada na *Folha de S.Paulo*. O assunto não ganhou o espaço devido, o que certamente influenciou o resultado eleitoral.